

Jubilamento: o interdito de uma vida de trabalho e suas repercussões na velhice¹

Mandatory retirement: the interdict of a life's work and its repercussions in old age

Tatiana Lima Both*
Sergio Antonio Carlos**

Resumo

Este estudo buscou entender os significados atribuídos à aposentadoria obrigatória e às suas vivências. Os sujeitos da pesquisa foram nove professores da Universidade de Passo Fundo, jubilados aos setenta anos. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semidirigida e, para analisar as informações obtidas, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (1979). Observou-se que o jubramento foi percebido pelos sujeitos da pesquisa como injustiça, pois foram destituídos da satisfação proveniente do exercício profissional e perderam importante espaço de comunicação social. Desse modo, a repercussão negativa na velhice dos jubilados refere-se, preponderantemente, à ausência de atividades compatíveis com o valor do trabalho e à restrição da interação social. No entanto, a preparação para aposentadoria e o investimento pessoal em atividades fora do trabalho tornam-se importantes na ressignificação de projetos de vida.

Palavras-chave: trabalho, jubramento, velhice.

Introdução

A aposentadoria, quando significa a ruptura definitiva com o mundo do trabalho e quando utilizada como marca social para a entrada na velhice, pode acarretar uma visão do velho como socialmente inútil. No sistema capitalista, embora o poder de consumo seja uma das formas de se manter engajado e visível pelo sistema, os processos de produção adquirem um grande valor social e quem está afastado desse meio é desqualificado. O velho é mais facilmente descartado pelos meios de produção por ser apontado como incapaz de manter o mesmo dinamismo da juventude; essa é a designação da con-

* Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

** Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Recebido em set. 2004 e avaliado em nov. 2004

temporaneidade em relação ao velho; por outro lado, tenta-se vender um dever-ser completamente oposto: o velho deve ser ativo, engajado em atividades que possam ser compatíveis com as dos mais jovens. Esse *marketing* é uma oportunidade de conquistar novos consumidores.

Fomenta-se, na infância e na adolescência, a necessidade de o adulto desenvolver capacidades para o trabalho. Mas qual seria a perspectiva de vida, além do trabalho e do consumo, para aqueles que se aposentam de forma definitiva? Busca-se apontar neste artigo questões mais abrangentes em relação à aposentadoria: como reconstruir uma vida dedicada ao trabalho, no qual significados foram criados, satisfações foram geradas e concretizadas? O que fazer com o tempo liberado dos hábitos e rotinas?

A questão central deste texto foi instigada também pelo entendimento dos significados atribuídos por esses professores jubilados ao interdito de suas vidas de trabalho e das repercussões desse ato na sua velhice. São essas indagações que perpassam o estudo realizado com nove professores aposentados, obrigatoriamente, aos setenta anos na Universidade de Passo Fundo. Desses sujeitos, sete são do sexo masculino e dois, do feminino; suas idades variam de 72 a 75 anos e o tempo de jubilamento, de três a cinco anos. Os depoimentos, colhidos através de entrevistas semi-estruturadas, foram processados segundo os princípios da análise de conteúdo preconizada por Bardin (1979). Os passos realizados foram: leitura flutuante, formação de categorias, codificações (efetivado mediante o programa NVivo) e interpretação das informações.

Desvelando o significado do interdito de uma vida de trabalho

Os objetivos específicos que estruturaram o estudo tornaram-se os eixos norteadores para analisar o significado do jubilamento para os sujeitos da pesquisa e foram: compreender os significados do trabalho atribuídos pelos sujeitos; identificar os conceitos referentes à velhice nas narrativas dos sujeitos; verificar se houve preparação para a aposentadoria compulsória; avaliar sua relevância para o redimensionamento da vida diante da nova perspectiva e investigar quais são os territórios ocupados por esses sujeitos após o jubilamento.

Pelas informações obtidas por meio das entrevistas, percebeu-se que as situações experimentadas única e exclusivamente no trabalho demonstraram a importância deste na vida dos professores jubilados e expressam o significado do interdito de uma vida de trabalho. Os sujeitos referem que o trabalho é “fundamental”, “essencial para tudo”; percebem-no como “necessário para que você possa realmente viver”, ou, até mesmo, consideram-no “nem como obrigação, nem como castigo, se não uma coisa normal, como é comer”. Designam essa qualidade ao trabalho por entenderem que tem o predicativo de desenvolver as capacidades humanas, potencializando-as para que possam superar os próprios limites. Referem-no como modelo moral a ser transmitido à sociedade a partir do núcleo familiar.

A expressão preponderante da satisfação advinda do trabalho esteve presente na relação professor/aluno. Na verdade,

esses atores sociais tornam possível à universidade ser, segundo Morin (2002), uma instituição que, ao mesmo tempo, conserva, reconstitui e origina uma herança cultural. Configura-se por saberes, idéias, valores, que são integrados, conservados e ritualizados, mas também são capazes de reconstituir essa herança quando a reexaminam, a atualizam a transmitem, originando saberes, idéias e valores, que, por sua vez, são incorporados pelos alunos.

Os sujeitos que se realizaram ao passar o conhecimento adquirido para os alunos ampliam a questão de sua mera transmissão a um saber co-construído na interação efetivada com seus interlocutores. As discussões em sala de aula eram propulsores da procura por informações. Os professores não apenas sanavam as dúvidas do futuro profissional, como também se percebiam num contínuo aprendizado, de tal modo que cada avanço significava um rejuvenescimento, um renovar-se a si próprio. Da mesma forma, a emissão da visão de mundo, do modo de pensar e de agir dos jovens na e sobre a sociedade é referida pelos jubilados como um modo de atualização e rejuvenescimento. Esse poder acadêmico constituiu-se como uma forma de realização, cuja ruptura deixa os atores sem comunicação e desorientados.

Apoiando-se nas afirmações de Ciampa (1993), é possível entender que esse processo é o dar-se do professor; sua identidade de trabalhador é repostada pelos alunos, reforçando sua função de transmitir conhecimento. Embora sua identidade de trabalhador permaneça, já não é mais a mesma, pela própria impossibilidade de

o homem manter-se inalterável. A metamorfose dessa identidade processa-se no dar-se da sua atividade em busca de atualização e nas relações estabelecidas com os alunos. Revelam-se, assim, vínculos importantes que, uma vez perdidos, dificilmente serão repostos.

Considerando-se que as satisfações encontradas no trabalho interromperam-se quando os sujeitos foram jubilados, quais são, então, os significados imputados ao jubramento nessas condições?

Primeiramente, é importante escrever o que consta no Estatuto do Professor da Universidade de Passo Fundo (1997, p. 17), no capítulo IX, no artigo referente ao jubramento:

Art. 29 Ao atingir a idade de setenta anos, o professor será, obrigatoriamente, jubilado por ato do reitor.

Parágrafo único. O professor jubilado, por proposta da direção da unidade e ouvido o Conselho Universitário, poderá ser designado para atividades administrativas, de pesquisa ou extensão, bem como de ensino em quaisquer cursos, exceto nos de graduação.

Os sujeitos da pesquisa não detêm a titulação exigida pelo Ministério da Educação e Cultura para exercer atividades como professores na pós-graduação, o que os exclui, terminantemente, da função que lhes era gratificante. Conforme França (1999), abandonar tudo que o trabalho envolve na aposentadoria pode ser difícil. O prazer encontrado pelo trabalhador na realização das atividades, o ambiente, o trajeto para o trabalho, as relações com os colegas e clientes são alguns componentes que fizeram parte de sua história. Por esse motivo, de acordo com a autora,

alguns trabalhadores não querem se desligar do trabalho. São enunciações que se confirmam nos sujeitos da pesquisa por verem o jubilamento como “uma injustiça”, “um crime”, “um demérito”, que “frustrou”, “que foi penoso”, que deixou um “vazio”.

Os jubilados, diante da ausência de interlocutores, perdem a motivação na busca de atualização; desprovidos do seu objetivo profissional – o ensino –, os professores vêem desvanecer a razão da procura pelo conhecimento, cujo valor se reduz contundentemente. Consideravam-se úteis para alunos e, deveras, à instituição, à qual dedicaram anos de sua vida, porém tudo se perde no exato instante em que são completados os setenta anos, pois, conforme um dos sujeitos, “tão te dizendo que tu não és mais útil para a universidade, tu podes traduzir assim”. A falta da universidade não se dá apenas no sentido do termo “saudades”; também significa para os jubilados uma falha, pois a doação de uma vida, embora remunerada, não se restringiu ao aspecto financeiro, mas a um espaço que habitaram, onde viveram, sofreram e cresceram. A despedida é uma homenagem, e a reclusão pertence aos dias que se seguem, pois, quando retornam como professores jubilados, a vinculação terminou por completo e a inutilidade é o sentimento preponderante. Consideram-se “julgados”, o que avaliam como extremamente injusto.

O jubilamento foi sentido também como uma perda do papel social de trabalhador. Segundo Salgado (1982), a aposentadoria está diretamente relacionada à inclusão num grupo social negativamente marcado: o grupo de idosos. Carlos et al.

(1999) contribuem para o esclarecimento do limite cronológico para o ingresso na velhice apontando que a proposta da ONU, em 1982, ao tomar por base a idade da aposentadoria estabelecida na maioria dos países, induz à associação corrente entre velhice e aposentadoria. Essas, embora, na prática, nem sempre se confundam, quando associadas, remetem a uma representação coletiva na qual o velho é percebido como não mais produtor de bens e serviços, portanto marginalizado nos contextos sociais pautados pelo valor produtivo.

O desejo dos sujeitos de permanecerem como professores universitários na instituição pode estar relacionado ao receio ou à tentativa de renegar a designação de “aposentado”, que, segundo Veras (1999), é aquele que fica no “apostento”, o que indica o quanto a aposentadoria tem se tornado um selo da velhice e da inutilidade social, caracterizando esse período como decadente. São esses preceitos que colocam o velho à margem da sociedade, por estar pautada nos méritos de produção. Assim, enquanto os jovens são induzidos ao sucesso pessoal, à ambição e à intensa atividade para ingressar no mundo do trabalho, aos mais velhos reservam-se os atributos negativos. Esse recorte unilateral a respeito da velhice, possivelmente, pautou a decisão de incluir no estatuto da universidade uma idade específica para a saída do trabalho.

É importante considerar que alguns sujeitos da pesquisa contribuíram diretamente na elaboração do Estatuto do Professor, ou indiretamente, quando silenciaram diante da decisão de incluir o jubilamento em suas diretrizes. Portanto,

há casos de professores que se encontram submetidos a normas que eles mesmos ajudaram a estruturar quando jovens, cujas conseqüências são determinantes na velhice. Isso significa a ausência de reflexão e de atitudes práticas em relação à própria velhice, pois, na opinião de Mayer (1978, p. 113), ao invés “de nos identificarmos com os mais velhos como seres humanos que espelham o nosso futuro destino, guardamos a distância deles ou os rejeitamos como relíquias desprezíveis”.

O auxílio de alguns professores jubilados na organização do estatuto não significa que não sentiram o jubramento como “injustiça”; apenas se resignaram a aceitá-lo. O termo também foi empregado para expressar a destituição da autonomia que entendem ter sofrido, pois não puderam decidir o momento de se afastar do trabalho. A autonomia, para Goldim (2002), significa uma pessoa ser capaz de deliberar a respeito de seus objetivos pessoais e de agir em direção a eles. Respeitá-la é valorizar a opinião e as escolhas, favorecendo ao indivíduo a liberdade de agir com base em seus próprios julgamentos. Determinar a idade específica de setenta anos para afastar o professor de sua atividade na aposentadoria compulsória pode ser entendido como mero ato burocrático, com a chancela de evitar o constrangimento de escolher uns e dispensar outros. Por outro lado, conforme Salgado (2000), ao se fixar uma idade para a aposentadoria, começa a haver conjecturas incorretas de que a idade estabelecida significa velhice e incapacidade funcional, as quais vêm sendo utilizadas para pautar políticas de aposentadoria compulsória.

Conforme Rodrigues (2000), quem defende a aposentadoria compulsória afirma sua qualidade de caráter gerencial – objetivo, imparcial, impessoal –, que, evita a discriminação e o favoritismo; ainda, permite a transição de empregado para aposentado, quando a saúde declina e a produtividade não é adequada, e incentiva o indivíduo a preparar-se para a sua aposentadoria. Por outro lado, quem manifesta contrariedade à aposentadoria obrigatória aponta que há um desapeço pelo potencial produtivo do trabalhador e pelo seu desejo de continuar na profissão, e que se desconsideram as diferenças particulares na execução do trabalho e as necessidades inerentes de cada ofício.

Os professores jubilados não pensam que o jubramento protegeu-os do declínio global provocado pela velhice, que corresponde às argumentações de quem é favorável à aposentadoria compulsória, e, sim, expostos a um errôneo julgamento da incapacidade de continuarem ministrando as aulas. Experimentam em si mesmos a fluidez da contemporaneidade e os equívocos dela, como considerar que objetos e pessoas, quando velhos, tornam-se ultrapassados e obsoletos. O motivo da saída do trabalho é claro, a idade, como se a velhice chegasse e o homem, obrigatoriamente, tivesse de se retirar de suas atividades. Portanto, sentiram-se avaliados como inúteis para a universidade.

A velhice, como aspecto central para a decisão da retirada do trabalho na universidade, tem a influência das suas articulações no caráter público. Portanto, a problematização da velhice no aspecto social torna-se significativa para se compreender

como o termo é dinamizado nesse âmbito e o seu reflexo em quem se encontra nesse período de vida. Segundo Debert (1998), o crescimento do número de idosos não pode ser dimensionado como o único fator da visibilidade das questões envolvidas na velhice e sua constituição como problema social. Assim, para a autora, a velhice constitui-se como um problema de abrangência pública também por suas conseqüências econômicas e por ter se tornado objeto de um discurso científico – discurso gerontológico – que se incumbiu da tarefa de “gerenciar” os estudos a respeito do envelhecimento.

A institucionalização da aposentadoria como de grande representatividade na economia influenciou na mudança no discurso gerontológico, antes direcionado aos cuidados com a saúde e restrito aos consultórios médicos. As discussões geradas em nível econômico ampliaram as problematizações em torno da velhice nos âmbitos político e administrativo. Constituiu-se, então, num território fértil para demógrafos, sociólogos e psicólogos, que, pautados nos preceitos da gerontologia, delimitam as necessidades dos aposentados na perspectiva de soluções que promovam o bem-estar (DEBERT, 1998).

Para Debert (1999), como a aposentadoria está intrinsecamente articulada às mudanças políticas e às transformações do sistema capitalista, estabelece uma relação indissociável com o último estágio da vida. A garantia de remuneração após uma vida de trabalho leva a que o mercado de consumo passe a considerar os mais velhos como potencialmente consumidores

de bens e serviços. Assim, os velhos que possuem poder aquisitivo maior e/ou que se aposentaram em melhores condições são mantidos parcialmente integrados na sociedade, pois, enquanto consumidores, mantêm um certo valor social no sistema capitalista.

O crescimento do mercado de lazer é acompanhado pela criação de uma nova linguagem em contraposição às antigas formas de tratamento dos velhos e aposentados: a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa opõe-se à aposentadoria passiva. Essa instituição social passa a abranger setores com níveis mais altos de aspirações e de consumo em virtude da ampliação do trabalho assalariado para as camadas médias e para outras categorias sociais e profissionais. A aposentadoria não assegura apenas a velhice dos mais pobres, conduzindo a que os signos da velhice sejam invertidos e assumam uma nova designação: a “idade do lazer”. A gerontologia, estando atenta às alterações existentes na sociedade e, ao mesmo tempo, produto delas, desenvolve, paulatinamente, e juntamente com as legitimações políticas e econômicas, a idéia do idoso ativo, capaz de manter um modo de ser compatível com o dos mais jovens (DEBERT, 1999).

Na pretensão de romper com os estereótipos de incapacidade, improdutividade, rigidez, abandono, solidão, na França, a partir da década de 1970, surgiu, segundo Barros e Castro (2002), um novo termo para designar a velhice, “terceira idade”. Para tanto, o velho deve manter-se distante do envelhecimento por meio de práticas físicas e mentais, precursoras e

mantenedoras de capacidades funcionais e, de certa forma, da juventude. Pode-se pensar que a assimilação desse termo, no caso brasileiro, pode estar associada à ampla discussão em torno da crise previdenciária quanto aos “ativos” e por quanto tempo teriam de sustentar os “inativos”. Novamente as questões da aposentadoria se ligam à velhice e repercutem na construção de novas formas de vivê-la e, conseqüentemente, de maneiras distintas de expressá-la e, portanto, de lançar um outro olhar social sobre ela.

Entretanto, para Debert (1999), as novas designações da velhice não são seguidas por atitudes mais tolerantes às idades. A característica marcante desse processo, conforme a autora, é a valorização da juventude, instrumento fundamental para fomentar os mercados de consumo. Netto e Silva (1994) entendem que os termos “idoso”, “velhice”, “maturidade” e “terceira idade” são utilizados para tornar mais aceita a condição de ser velho em todas as faixas etárias. No entanto, enfatizam que a simples alteração no vocábulo não promove uma mudança imediata na atitude das pessoas em relação àqueles semântica e sociologicamente estigmatizados. Peixoto (1998) aponta que apenas se trocam as “etiquetas”, como se apenas a utilização do termo “idoso” como forma de tratamento mais respeitosa fosse suficiente para suprimir a noção do velho como período de decadência.

A referência dos professores jubilados quanto a se considerarem velhos ou não está na perda ou na permanência da energia, na falta ou na conservação da motivação e em se deixar vencer ou não pela velhice. Desse modo, quando men-

cionam se considerarem velhos, apenas indicam o aspecto físico, pois acreditam manter o vigor das capacidades mentais, confirmando o motivo pelo qual o julgamento da universidade pareceu-lhes injusto. As diferenças existentes quanto às percepções de ser velho, segundo Preti (1991), devem-se à definição do ser idoso perpassar por características individuais de natureza psicológica: uma pessoa é tão velha quanto julga ser. A velhice não pode ser vista como um fato total; ninguém se sente velho em todas as situações, nem se sente assim em todos os contextos.

As formas de pensar e agir se diversificam de acordo com as histórias de vida e o modo como são vivenciadas. Assim, não é surpreendente que um dos sujeitos entenda o jubilamento como uma regra necessária para evitar a predileção de alguns e para facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Da mesma forma, é possível compreender por que para um dos professores o jubilamento é visto como ato institucional adequado, pois, para ele, a velhice é um período de declínio das percepções, da agilidade e do raciocínio. Para este professor, o jubilamento era esperado com resignação e certo alívio, pois a satisfação encontrada na fase inicial da universidade, quando a união preponderava, desfez-se com o crescimento da instituição. Então, o retorno financeiro passou a ser a única satisfação. Esse modo de pensar tornou a preparação para aposentadoria compulsória desnecessária, pois a remuneração atual é semelhante à da vida profissional ativa, que era o valor mais significativo do trabalho.

O pensamento desse jubilado leva a pensar sobre o quanto a política da

aposentadoria pode contribuir para fortalecer a pressão social exercida sobre os mais velhos de liberarem seu espaço de trabalho com a prerrogativa de que, na velhice, o dinamismo pessoal não é comparável com o dos mais jovens. Assim, a aposentadoria contribuiu para a criação de um novo valor social, segundo o qual os aposentados, garantidos financeiramente pelo sistema previdenciário, devem se afastar das atividades economicamente produtivas e dar oportunidade à geração mais nova (SALGADO, 1982). Todavia, a aposentadoria pode representar uma perda financeira significativa, havendo a necessidade de continuar a trabalhar para manter o padrão de vida anterior, ou mesmo para sobreviver com dignidade (FRANÇA, 1999). Carlos et al. (1999) assinalam que a aposentadoria, como ato burocrático e formal, não está necessariamente relacionada a uma ruptura definitiva com o mundo do trabalho. Manter-se vinculado ao trabalho pode constituir-se numa alternativa de preparação subjetiva para o futuro afastamento.

Preparação é a construção de um projeto a ser realizado, preconizado mentalmente e/ou em ações. Na preparação para a aposentadoria, o trabalhador, ao avaliar as suas condições financeiras, de saúde e os elementos integrantes do modo como organiza sua vida, pode estabelecer diretrizes que o orientem na ausência do trabalho. É um momento de reflexão do que está por vir, ou seja, pensar em possibilidades de agir diante da falta de práticas que delinearam o seu cotidiano. A preparação para a aposentadoria, para França (1999), contribui para que o trabalhador reavalie seus investimentos

pessoais e suas prioridades diante das possíveis mudanças ocasionadas pela aposentadoria. É conveniente salientar o início dessa preparação antes da iminência da aposentadoria, oportunizando um planejamento mais detalhado, refazendo e desfazendo projetos quando colocados em prática, para permitir ao trabalhador avaliar a operacionalização de seus objetivos.

A preparação para o jubilamento tornou-se de importância capital para que os jubilados organizassem a saída da instituição, mas de forma ainda mais contundente para a concepção das suas atividades atuais. Na falta de respaldo institucional, as motivações e as saídas na preparação constituíam-se em exercícios solitários. Reduzir o número de aulas ministradas e ampliar as atividades fora desse período, bem como ter a possibilidade de escolher os professores que iriam substituí-los e, ainda, acompanhá-los por um tempo breve amenizou a angústia e ofereceu uma prévia do seu futuro, pois logo o espaço de trabalho teria de ser abandonado. A leitura de livros e a reflexão na busca de outras possíveis atividades a serem realizadas foram outros alicerces encontrados para a preparação. Entretanto, outros não conseguiam imaginar atividades que pudessem ter equivalente valor ou proporcionar prazer, de modo que a obrigatoriedade da aposentadoria trouxe-lhes resignação e a reclusão aos aposentos.

A dificuldade de encontrar outras atividades consiste, segundo Moragas (1991), na deficiência de informações sobre atividades alternativas e na falta de preparação da maior parte dos aposentados. Embora o autor esteja se referindo

a uma realidade européia, a associação feita entre aposentadoria e descanso é quase automática e não se reconhece que o descanso súbito possa ser mais prejudicial que a atividade para a saúde global do aposentado. A redução do tempo de trabalho pode suscitar uma redistribuição de energia em outros papéis sociais, como esposo, avó, em atividades profissionais alternativas e trabalhos voluntários. O perigo reside na redução crescente de papéis sociais, tornando a vida carente de sentido psicossocial.

A indagação a respeito das ocupações atuais dos jubilados é inevitável. Em alguns casos, continuaram a trabalhar, porém em outra atividade profissional. Manter-se no trabalho significa obter socialização e reconhecimento social. A reinserção no trabalho pode se tornar mais difícil com o passar da idade, mas não significa a sua completa eliminação. Nessa perspectiva, Jacques (1997) esclarece que para a população idosa há uma ressignificação do trabalho pelos limites sociais impostos; os idosos, geralmente, buscam atividades que podem ser remuneradas ou não, mas, de preferência, no espaço público, onde conseguem obter reconhecimento social. A afirmação pode ser reforçada com base nos estudos de Bosi (1987) a respeito das lembranças de velhos. O trabalho, segundo o autor, significa a inclusão obrigatória no sistema de relações econômicas e sociais; não é apenas fonte salarial, mas também um lugar na hierarquia social, constituída de classes e grupos de *status*.

Leituras, turismo, exercício físico, assistir a TV, estar com amigos e cuidar dos netos foram outras ocupações mencionadas. Pondera-se que as atividades em si

não oferecem as condições para se analisar se esses professores jubilados conseguiram reorganizar suas vidas pós-jubilamento, pois existem muitas semelhanças nos modos de ocupar o tempo livre. Nota-se, então, o quanto a preparação para o jubilamento é determinante para o sentido que as atividades adquirem. Quando não puderam ser pensadas, verifica-se uma narrativa ressentida. A desterritorialização é implacável ao destituir os professores dos processos produtivos; assim, o que lhes resta é a sensação de impotência diante da desvalorização social. Desse modo, habitam prioritariamente seus lares, onde se consideram sem visibilidade social e se sentem deserdados do mundo produtivo. Para Salgado (1982), a perda do tempo institucionalmente dominado pode vir a criar um problema de adaptação a um novo esquema de vida, que, talvez, não ofereça compensação comparável ao prestígio advindo do trabalho.

Os professores jubilados que se prepararam para o jubilamento tornaram-se aptos a investir em novas atividades, provocando uma alteração em suas prioridades, tornando-as significativas para o sentido de suas vidas. Julgam-se sujeitos ativos ao se reconhecerem diante da nova situação e ao terem-na construído. As necessidades, as satisfações e os desejos podem ser realizados quando são direcionados a objetos nos quais investem como sendo pertinentes a eles. São atividades em que buscam reconhecimento e utilidade, podendo ser sociais, quando trabalham, ou apenas pessoais, quando há uma ressignificação do ambiente familiar.

A aposentadoria, de todas as formas, pode ter uma diversidade de significações, alterando-se de acordo com o contexto cul-

tural em que se enunciam considerações a respeito de trabalho, envelhecimento humano e velhice. As apropriações e reflexões do aposentado a respeito desses fatores e de suas correlações tornam o significado da aposentadoria mais denso e complexo, mas, ao mesmo tempo, é o que delinea a particularidade de um grupo e a singularidade de seus membros. Essa realidade se apresenta entre os jubilados pela Universidade de Passo Fundo e sujeitos desta pesquisa.

Considerações finais

O jubilamento configura uma nova perspectiva diante da ausência das rotinas criadas como professores, mas não necessariamente outros modos de habitar são construídos; em alguns casos, apenas se ampliam as antigas formas de ocupar o tempo. Evidencia-se uma diferença nas vinculações com as atividades exercidas, entendendo-se a preparação para o jubilamento como uma condição de possibilidade geradora dessa distinção. Preparar-se para o que está por vir proporciona a ressignificação dos elementos que compõem a vida e a redefinição de prioridades; destina-se ao redimensionamento dos investimentos para a construção de territórios que ofereçam o sentimento de pertencimento e que possibilitem obter satisfação. Assim, os novos espaços construídos ou ressignificados podem proporcionar uma melhor expressão de si mesmo, não meros condicionamentos, desprovidos de significado e vazios de sentido para a existência.

A Universidade de Passo Fundo é uma empresa e, como todas elas, mantém uma

vinculação trabalhista ou empregatícia com o trabalhador. Em contrapartida, o trabalhador ou empregado, não sendo uma máquina institucional, cria vínculos afetivos, pois é a partir da sua relação com a instituição que conquista reconhecimento social e familiar, através do *status* de trabalhador e ao angariar recursos para a sua existência. Ainda, é um lugar onde se fazem amigos e se constitui a vida. Os jubilados esperaram mais que uma homenagem frente à ruptura da atividade profissional na instituição; talvez desejassem uma chance de mostrar que poderiam permanecer, pois acreditavam manter a integridade intelectual; talvez almejassem algum suporte da instituição na transição do trabalho da universidade para a construção do próprio destino ou, de certa forma, talvez, algum lugar a lugar algum.

Pensar em outros modos de tratar os seus antigos servidores é tarefa difícil para a instituição. Sem ter o objetivo de dar respostas, mas de fazer questionamentos, perguntamos: o mais adequado seria extinguir esse ato administrativo e preservar a autonomia dos sujeitos de decidirem sobre o momento de se retirarem? E se a saúde e o modo de atuação não condizem mais com as expectativas de quem os emprega, o melhor seria desenvolver o darwinismo social, mediante ações seletivas? Ou poderia existir a recontração por meio de concurso, competindo com outros professores? Contudo, não se configuraria isso como uma maneira de ter de provar sua competência, já que é exatamente isso que está sendo posto à prova? A universidade poderia dedicar um pouco do seu tempo para ajudá-los a

reorganizar e ressignificar suas vidas na ausência de sua atividade profissional? A instituição e seus antigos professores teriam condições de co-construir espaços de forma a manter vínculos que satisfaçam a ambas as partes?

As indagações são pertinentes e devem ser avaliadas com cautela para servir de alerta para as demais instituições e para futuros jubilados. Manter vínculos institucionais significa pensar em atitudes que possam minimizar as repercussões negativas na velhice, embora generalizar as conclusões para os demais professores signifique desconsiderar particularidades dos grupos e singularidades pessoais. A diminuição das relações sociais ao término dos vínculos com os colegas de trabalho e com seus alunos restringiu a comunicação social; a ausência de interlocutores fez desvanecer o interesse pela busca de atualização no que dizia respeito às disciplinas ministradas, pois perderam quem os reconhecia como importantes no desenvolvimento profissional. Essa é uma constatação frustrante para grande parte dos sujeitos, pois fere a sua integridade quando são apontados como inúteis, visto que assim não se percebem. Ser submetido a tal promulgação angustia e acarreta um sofrimento silencioso e penetrante, pois não encontram espaço na instituição para expressá-lo. Se ontem foram algo para ela, como afirma um dos sujeitos, agora não são “mais nada”.

Ressalta-se, então, mais uma vez, a importância de a instituição oferecer espaços de discussão com relação à vida pós-aposentadoria. A universidade pode instigar seus trabalhadores a pensarem na desvinculação profissional como professo-

res e com eles pensar alternativas para uma vida particular ou referente ao apoio institucional no engajamento em novas perspectivas que englobem o grupo.

Os sujeitos deram vida à instituição durante a sua prática profissional, assim como o inverso é também verdadeiro. Os perfis de subjetividade construídos e desconstruídos, as identidades postas e repostas no longo período de dedicação deixaram marcas materialmente visíveis em seus rostos, demonstração de que os anos passaram e eles envelheceram. São experiências de vida que lhes permitem um agenciamento de escolhas de modos de ser solitários diante da despedida obrigatória de uma atividade profissional do ingresso num tempo por ela liberado, porém, agora, com fim determinado.

Abstract

This study inquired the meanings credited to mandatory retirement and its experimentation. The subjects of the research were nine teachers of Passo Fundo University, retired when were seventy years old. The instrument used for the data collect was a semi-directed interview and, to analyze the information obtained, content analysis was chosen, according to Bardin (1979). The mandatory retirement was perceived by the subjects of the research as unjust, since they were displaced of the satisfaction deriving from the professional practice and because they lost an important space of social communication. This way, the negative repercussion of mandatory retirement in old age refers, supremely, to the lack of activities compatible with the value of work

and to the restriction of social interaction. However, the preparation for retirement and the personal investment in activities other than work became important in the resignification of life projects.

Key words: work, mandatory retirement, old age.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70, 1979.
- BARROS, R. D. B. de; CASTRO A. M. de. Terceira Idade: o discurso dos experts e a produção do “novo velho”. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 4, p. 113-124, 2002.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- CARLOS, S. A. et al. Identidade, aposentadoria e terceira idade. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 1, p. 77-87, 1999.
- CIAMPA, A. da C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. de (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 49-67.
- _____. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999.
- FRANÇA, L. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. In: VERAS, P. R. (Org.). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Uerj, Unati, 1999. p. 11-34.
- GOLDIM, J. R. Bioética e envelhecimento. In: PY, L.; NERI, A. L. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 85-90.
- JACQUES, M. da G. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: CODO, W. et al. (Org.). *Trabalho, organizações e cultura*. São Paulo: Anpepp, 1997. p. 41-47.
- MAYER, N. *A crise do homem na meia idade: recomeçando a vida depois dos 40*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- MORAGAS, R. *Gerontologia social*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- NETTO, A. J.; SILVA, M. M. T. da. Velho, velhice: a nova semântica manifestada por diferentes grupos sociais na cidade de São Paulo. *Revista Gerontologia*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 183-187, dez. 1994.
- PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade. In: BARROS, M. M. L. de (Org.). *Velhice ou terceira idade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- PRETI, D. *A linguagem dos idosos*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RODRIGUES, N. C. *Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.
- SALGADO, M. A. *Velhice, uma nova questão social*. 2. ed. São Paulo: Sesc - Ceti, 1982.
- SALGADO, C. D. S. *Gerontologia social*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.
- UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Estatuto do professor*. Passo Fundo: UPF, 1997.
- VERAS, R. P. O Brasil envelhecido e o preconceito social. In: VERAS, R. P. (Org.). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Uerj, Unati, 1999. p. 35-50.

Nota

- ¹ Artigo originado da dissertação de mestrado de Tatiana Lima Both em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação de Sergio Antonio Carlos. O estudo foi realizado em Passo Fundo.

Endereço

Tatiana Lima Both
Benedito Pinto, 435
Bairro Bosque Lucas Araújo
CEP 99072-290
Passo Fundo - RS
E-mail: tatiboth@terra.com.br